

Uma feminista na guerrilha: memórias da ditadura e das esquerdas revolucionárias na escrita biográfica jornalística (1980-1990)

*Juliana Marques do Nascimento*¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os discursos de memória sobre a ditadura brasileira e as esquerdas revolucionárias no período vinculados no livro *Iara: reportagem biográfica* (1992), da jornalista Judith Patarra – biografia de Iara Lavelberg (1944-1971), judia paulistana assassinada pela ditadura. Serão utilizados os conceitos de memória e história, aliados à corrente historiográfica que propõe que, a partir da segunda metade da década de 1970, formou-se uma memória dominante crítica ao período da ditadura no Brasil.

Palavras-chave: Biografia; Ditadura; Luta armada.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora em estágio pós-doutoral da mesma instituição e do Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF). Este texto foi produzido com financiamento da FAPERJ. E-mail: juliana.mar08@gmail.com.

Uma feminista na guerrilha: memórias da ditadura e das esquerdas
revolucionárias na escrita biográfica jornalística (1980-1990)

NASCIMENTO, J. M.

A feminist in the guerrilla: memories of the dictatorship and the revolutionary lefties in journalistic biographical writing (1980-1990)

Abstract: This article aims to analyze the discourses of memory regarding the Brazilian dictatorship and the revolutionary left during the period covered in the book *Iara: reportagem biográfica* (1992) by journalist Judith Patarra – a biography of Iara Iavelberg (1944-1971), a Jewish woman from São Paulo who was assassinated by the dictatorship. The concepts of memory and history will be applied, in conjunction with the historiographical perspective that suggests that, from the second half of the 1970s, a critical dominant memory of the dictatorship period in Brazil was established.

Keywords: Biography; Dictatorship; Armed guerrilla movements.

Introdução

– É perversão, comum na militância, reprimir a afetividade. Ela se mistura a tudo, impregna o lado político. Acreditar que basta combater é o cúmulo do voluntarismo. Eu me sinto meio marciana ao insistir no valor da vida íntima das confidências. Inviável dar conta, sozinha, da própria subjetividade.

Dilma concordava, grandes olhos castanhos umedecidos. Que ousadia a de lara, enfrentar a coerção e assumir a importância dos sentimentos.

– Você é uma feminista, a primeira que conheço.¹

O diálogo citado acima teria ocorrido entre Dilma Vana Rousseff e lara lavelberg, em 1969, enquanto moravam juntas em um “aparelho” na cidade do Rio de Janeiro e eram militantes da Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). Ao menos, é o que conta o livro lara: *reportagem biográfica*, publicado pela primeira vez em 1992 e de autoria da jornalista Judith Lieblich Patarra.

Trata-se de uma biografia de lavelberg, uma judia paulistana nascida em 1944 e assassinada pela ditadura civil-militar, em 1971, aos 27 anos, enquanto atuava em organizações da esquerda revolucionária. Ao longo de sua militância política, foi ligada aos seguintes grupos: Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop); VAR-Palmares; Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). É especialmente conhecida entre as esquerdas por seu relacionamento com Carlos Lamarca, capitão do Exército que desertou para aderir à luta armada contra a ditadura.

Primeira obra editada pelo selo Rosa dos Tempos, da editora Record, o livro biográfico foi um sucesso, com quatro edições esgotadas na década de 1990 e é

frequentemente citado por historiadores e pesquisadores em geral que tratem do período^{II}.

A autora Judith Patarra – na época da publicação, diretora da revista Saúde, da editora Abril – trabalhou entre sete e oito anos na escrita da obra, tendo indicado no subtítulo “reportagem biográfica” o caráter jornalístico do trabalho. Levando em conta que o selo editorial responsável pela publicação tinha o objetivo de destacar trajetórias de mulheres, com uma ótica feminista^{III}, e que Patarra tinha vasta experiência jornalística com leitoras^{IV}, sobretudo de classe média, considero que o público-alvo da obra era majoritariamente feminino.

Patarra buscou “reconstituir” toda a trajetória de Iara, contando a história de seus familiares anterior ao seu nascimento, sua infância, vida familiar, estudantil, militância e morte. Ao ser questionada sobre o motivo de ter escolhido Iara como biografada, a biógrafa afirmou: “minha intenção não era fazer apenas um relato histórico, mas mostrar o clima e o comportamento dos anos rebeldes [e] vi na Iara uma personagem muito mais interessante [para isso]”. Nesse ponto, ressalto que, embora trate de um período lembrado como “sensível”^V, Patarra buscou formas de suavizar a prosa biográfica, fazendo uso justamente das características que diferenciam Iara das guerrilheiras “normais”, aproximando-a das mulheres escolhidas como público-alvo.

Para isso, a autora se fundamentou nas referências culturais e políticas atribuídas a esses grupos e recriou diálogos e linhas de raciocínio, utilizando jargões e termos que, usualmente, são relacionados a eles. Utilizou fontes diversas: entrevistas feitas por ela mesma com familiares e amigos da biografada – atualmente disponíveis no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth; notícias publicadas na grande imprensa; panfletos e documentos; fotografias; outras biografias; depoimentos concedidos a terceiros; e a historiografia/literatura em geral sobre o tema.

Contudo, indubitavelmente, os depoimentos coletados pela jornalista são a base principal para a constituição da narrativa da obra: as impressões pessoais com riqueza de detalhes de familiares, amigos e colegas que conviveram com Iavelberg sustentam a personagem construída por Patarra. É importante salientar, no entanto, que a pesquisa e as entrevistas foram feitas cerca de dez anos após a morte da biografada, o que não foi problematizado pela autora, que incorporou integralmente as impressões a ela narradas.

Foi o caso, por exemplo, do excerto citado no início do texto. Embora não coloque fonte no livro, ao consultar a entrevista feita por Patarra com Dilma Rousseff, na década de 1980, rapidamente se notam as semelhanças:

Éramos todos voluntaristas que eliminamos o aspecto pessoal da vida, a política respondia por tudo. Tinha de dar conta até das objetividades, subjetividades. E uma pessoa que minimamente não segurasse isso, a predileção por uma pessoa, amizade... você se sentia meio marciano. E Lara tinha esse comportamento marciano. Acho que foi a primeira feminista que conheci.^{vi}

Os trechos destacados, nos quais a entrevistada refletiu sobre seu passado e sobre a pessoa de Lara, foram quase que integralmente reproduzidos na narrativa biográfica por Patarra, mas colocados em forma de diálogo. O resultado foi que a elocubração de Dilma sobre sua amiga ter sido uma “feminista” – feita na década de 1980, já sob influência do processo de redemocratização e das segunda e terceira ondas do movimento feminista no Brasil – foi narrada como se tivesse ocorrido na década de 1960, de forma anacrônica.

Há que se considerar que a autora do livro é jornalista, profissão comumente envolvida na escrita de obras que tratem de temas históricos. O historiador Benito Schmidt aponta uma justificativa para o interesse desses profissionais na escrita biográfica, especificamente: a influência da literatura no

new journalism, e, dessa forma, a “aplicação das técnicas ficcionais a textos de não-ficção”^{VII}. Schmidt observou, dessa forma, que uma característica importante da escrita biográfica jornalística é o predomínio da fluidez sobre o rigor metodológico, ocultando-se, por exemplo, a citação de fontes. O historiador ressalta que essa escolha prejudica o leitor, uma vez que ele fica impedido de “conhecer as informações que serviram de base para a construção do texto e cotejar as mesmas com as interpretações do autor”^{VIII}.

Nesse ponto, a forma do jornalista de lidar com o passado se diferencia da do historiador, que confere às fontes olhar científico, seguindo procedimentos teórico-metodológicos rigorosos na hora de criar as narrativas históricas^{IX}. Diante dessas informações, ainda que tenha sido julgado como um livro de história, acredito ser adequado considerar a biografia feita por Judith Patarra como um livro de *memórias*.

A memória é um discurso que pode ser individual ou coletivo, construído por grupos e instituições tanto da sociedade civil quanto do Estado^X. Ainda que o que passou seja imutável, a memória está passiva de mudanças de acordo com influências do presente, como demonstra Daniel Aarão Reis: “embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem”^{XI}. Por pretender-se sagrada, a memória se envolve em disputas, guerras, para ter hegemonia. Diversas narrativas memoriais podem conviver em um mesmo espaço e tempo; contudo, há uma que se sobressai, uma *memória dominante* entre outras *memórias subterrâneas*. Segundo o historiador Michael Pollak, a memória hegemônica ou dominante pode ser produzida pelo Estado – uma memória oficial –, mas pode também ser produto de um grupo englobante em oposição a outros minoritários – que mantêm suas memórias

subterrâneas. A emergência de determinadas lembranças em detrimento de outras é consequência das circunstâncias do presente^{xii}.

Dessa forma, esse artigo se propõe analisar a obra lara: *reportagem biográfica*, cuja personagem principal foi uma mulher que se engajou na luta armada durante a ditadura civil-militar. Levando em consideração a diferença conceitual entre história e memória, o objetivo é identificar e examinar quais narrativas sobre a ditadura civil-militar e as esquerdas revolucionárias estão vinculadas à biografia e em que medida isso pode se relacionar com o contexto da produção do relato. Serão utilizados, majoritariamente, dois tipos de fontes: o próprio livro biográfico, do qual serão reproduzidos trechos para análise, e as entrevistas concedidas pela autora na época do lançamento de sua obra.

Entre “vilões malvados” e “ingênuos equivocados”: memória hegemônica sobre a ditadura e as esquerdas revolucionárias

“Durante os anos rebeldes, as pessoas tinham esperança, eram solidárias, acreditavam em mudanças e os interesses individuais eram absolutamente secundários”^{xiii}. Essa declaração foi dada por Judith Patarra à *Veja*, em entrevista sobre o lançamento de lara, em 1992. Também no livro, ela descreveu os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira como “anos rebeldes”; a situação mudaria depois da aprovação do Ato Institucional nº 5 (AI-5): “no início até houve um oba-oba. Os militantes eram enturmados, faziam festa e esse clima atraía as pessoas. Mas depois do AI-5 a barra ficou pesada, era muito perigoso. (...) As pessoas presas e torturadas eram destroçadas”^{xiv}. Chegaram, então, os “anos de chumbo”.

O uso dessa expressão para caracterizar a ditadura é comum no debate público, como forma de demarcar oposição à iluminada democracia posterior. Contudo, segundo o historiador Daniel Aarão Reis, essa forma de lembrar a ditadura pode ser considerada simplória:

De modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo. De outro, a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática.^{xv}

Marcos Napolitano também analisou os usos do passado ditatorial no pós-redemocratização e identificou que esta narrativa memorial de fato prevaleceu ao longo dos anos democráticos – uma memória hegemônica sobre o período. Tal discurso teria sido forjado ainda durante o regime de exceção, originando-se nas eleições de 1974, “primeiro evento desta nova percepção social sobre o regime, ainda latente, mas que avançaria até o final da década de 1970”^{xvi}, e ganhado ainda mais força em 1979, com o início do processo de transição e a aprovação da Lei de Anistia^{xvii}.

Nesse período, teriam sido estabelecidos alguns silêncios em nome da plena reinstauração da democracia, a respeito de três elementos, majoritariamente: o uso da tortura como política de Estado; o apoio civil à ditadura; e o aspecto revolucionário da luta das esquerdas armadas^{xviii}. Tal “pacto” permitiu as primeiras reconstruções da memória, com muitos pontos em comum com o “mito da sociedade vítima e resistente” identificado pelo historiador Bruno Groppo: criou-se a ideia de que toda a população estava completamente submetida ao autoritarismo durante a ditadura, mas, ao mesmo tempo, estava sempre em busca de formas de derrubá-la. Episódios de resistência, mesmo que tenham sido de uma minoria, passaram a ser apresentados como comportamentos da sociedade inteira^{xix}. Ao esquecer do papel de setores da sociedade civil para o regime, a ditadura foi caracterizada apenas como “anos de chumbo”, igualmente opressores para todos os cidadãos.

Nos anos 1990, a narrativa dominante foi ainda mais ressignificada e “adocicada”. A década foi muito impactada pelos lançamentos de (auto)biografias e livros sobre a juventude dos anos 1960 como, por exemplo: a obra *O ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, lançada em fins dos anos 1980, mas com repercussão ainda na década seguinte; a exibição da minissérie *Anos Rebeldes*, na Rede Globo; a publicação de *Iara*, por Judith Patarra; e a estreia do filme *O que é isso, companheiro*, adaptação do livro homônimo de Fernando Gabeira. O caráter conciliador da memória permaneceu como aspecto mais importante, mas foi ressignificado a partir de um olhar muito direcionado às organizações de luta armada: seus integrantes foram retratados como jovens de uma geração combativa, mas inocente, que se propunha a ir às últimas consequências para derrubar o regime vigente^{xx}.

Como a intenção da biografia de Iara Lavelberg, segundo a autora, era reconstituir os “anos rebeldes”, a obra investiu na narrativa do contexto social e político, abordando temáticas como o golpe de 1964, a constituição do governo ditatorial e as políticas por ele empregadas, a formulação dos grupos revolucionários etc. A descrição desses fatos históricos, porém, foi feita através da dramatização de supostos fluxos de pensamento de Iara ou de diálogos entre os personagens. Foi o caso do excerto a seguir, que se passa em uma assembleia estudantil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), onde Lavelberg estudava, que se propunha a discutir o golpe:

*Os milicos golpistas brasileiros, fobia a mudanças, são paus-
mandados. A Escola Superior de Guerra é o órgão brasileiro
da CIA. Essa fomentadora de tiranos, com auxílio dos asseclas
latifundiários e a alta burguesia, financiou a escória sevandija,
marchadeiras, o IPES e o IBAD, falsas entidades de pesquisa
devotadas ao descrédito, desestabilização, espionagem e
boatos.*^{xxi}

Esse é um dos poucos trechos que possui referência: o livro pioneiro do historiador René Dreifuss, que analisa o golpe de 1964, caracterizando-o como civil-militar, sobretudo graças à conspiração das entidades não-governamentais Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)^{xxii}. Ambas foram mencionadas durante o diálogo criado por Patarra que, apesar de pouco compreensível para o leitor não especializado, atribuiu um diagnóstico claro da situação já aos personagens da época, em 1964. Nesse ponto, a narrativa demonstra que a autora não diferenciou fontes de bibliografia, incorporando igualmente os dois elementos para recriar o passado e enriquecê-lo com a maior quantidade de elementos possível.

Ainda assim, Patarra fez seleções nos temas tratados. É o caso da imprensa, que tem um papel importante na obra, sendo diversas vezes mobilizada para fundamentar os pontos apresentados pela autora – talvez por sua própria experiência como jornalista. No entanto, seu apoio ao golpe foi suprimido. Uma das únicas menções à mídia impressa e sua suposta simpatia pelo regime está no trecho: “no dia seguinte o jornal *O Estado de S. Paulo* intitulou a sanha destruidora de ‘Diligência em Faculdade’. Mas a 15 de maio publicou um vigoroso protesto do antropólogo e sociólogo Paulo Duarte – ninguém ainda ousaria calá-lo”^{xxiii}. A alusão, rápida e de difícil compreensão, referiu-se apenas ao título de uma pequena nota publicada pelo jornal, ocultando o fato de que a edição inteira havia sido dedicada a demonstrar o apoio do periódico ao novo governo.

Também as referências às lideranças civis do golpe foram rápidas e pouco acessíveis, sobretudo focadas na figura de Carlos Lacerda. A perspectiva apresentada leva a crer que, para Patarra, os civis apoiadores do golpe foram apenas peças provisórias utilizadas pelos verdadeiros golpistas – os militares. O ministro da Educação entre 1964 e 1966, Flávio Suplicy de Lacerda, teve suas ações igualmente condicionadas ao autoritarismo da ditadura – ocultando-se sua

própria truculência – através de uma fala de um possível estudante, daí sua desqualificação: “a ditadura usa o ministro, um funcionáriozinho ignaro, para intervir no movimento universitário – discursaram na primeira assembleia”^{xxiv}.

Somente ao narrar 1967, tratando da Frente Ampla, é que Patarra mencionou de maneira mais explícita o apoio de lideranças civis ao golpe, através de uma suposta colocação de Iara: “democratas, no fundo, são totalitários. Aponte um desses líderes civis sobreviventes das cassações que não apoiou os golpistas de 64. Abertamente ou por baixo do pano. O negócio é obrigá-los a revelar sua face ditatorial e violenta – concebeu Iara”^{xxv}. A frase atribuída à biografada parece prever a aprovação do AI-5, que ocorreria apenas no final de 1968. Páginas adiante, a perspectiva teleológica se repetiu:

Falavam da guerrilha próxima, porque o golpe dentro do golpe, iminente, liquidaria as medidas civis, desacreditadas aliás: greves, a federação oposicionista, eleições, reforma constitucional, anistia, o que fosse. Daí a importância dos assaltos, roubo de armas, munições, compra de áreas de cerco difícil.^{xxvi}

É possível observar que a autora reproduziu uma noção arraigada na memória dominante: a de que as ações armadas das esquerdas estariam condicionadas ao endurecimento do regime. Esse discurso tem relação com o esvaziamento do aspecto revolucionário das esquerdas e sua consequente transformação em “braço armado da resistência democrática”. Na perspectiva memorial, a luta armada foi ressignificada como forma de resistência ao fechamento do regime, “uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas”^{xxvii}. Isto é, a memória hegemônica responsabilizou os militares inclusive pela adoção da violência como tática por seus opositores.

Apesar de ter mencionado brevemente o caso de Caparaó, uma tentativa de guerrilha anterior ao AI-5 – e que contraditoriamente atesta a radicalização das esquerdas como processo independente ao fechamento do regime –, Patarra só incluiu o uso da violência como alternativa viável para os personagens depois do “golpe dentro do golpe”: “a ordem é otimismo, ver o lado positivo. Só a esquerda armada é capaz de combater regimes militares”^{xxviii}.

Cabe, então, analisarmos o olhar da autora sobre a luta armada. Em entrevista sobre o lançamento da biografia, ela foi questionada: “hoje, quase 30 anos depois, a militância dos anos rebeldes parece um tanto ingênua. Essa sensação é porque já conhecemos o fim da história?”^{xxix} ao que respondeu:

Nós realmente acreditávamos que seria possível construir um país melhor, mais justo, mais alegre. O sonho virou pesadelo com o golpe de 1964, que chegou de forma violenta. Os anos rebeldes vieram em seguida como uma tentativa de resistência. Com o tempo, alguns acharam que era preciso ir além e resolveram pegar em armas. Era uma ilusão equivocada achar que seriam capazes de enfrentar a ditadura, mas eles tinham um fervor tão grande e a injustiça os revoltava tanto que hoje até dá para entender essa atitude.^{xxx}

Patarra usou a primeira pessoa do plural ao tratar dos que sonharam com um país mais justo antes do golpe, referindo-se talvez às reformas de base propostas pelo presidente João Goulart, e se incluindo como apoiadora. Todavia, ao tratar da luta armada, falou em terceira pessoa – “alguns acharam que era preciso ir além” –, criando um distanciamento entre si e os outros, “nós” e “eles”. Essa escolha demonstra que a autora não se identificava com a tática, a qual ela considerava uma “ilusão equivocada”, embora justificável, dadas as circunstâncias. A ideia de “equívoco inocente” foi vinculada por Patarra no livro biográfico ao narrar as vésperas do golpe:

Mal começavam as aulas e Iara aderiu ao protesto com toda a Faculdade de Filosofia, convicta de integrar o grande movimento nacional que derrotaria as forças antinacionalistas da direita. Pouco depois, em Porto Alegre, João Pinheiro Neto qualificaria de “arreganhos senis” as diatribes anticomunistas do ex-interventor da ditadura Vargas em São Paulo. Expressava a ingenuidade que vestia a esquerda.^{xxxI}

O historiador Daniel Aarão Reis propõe uma distinção entre três vertentes de críticos à ditadura que, embora em certos momentos se articulassem, eram divergentes: a) os moderados (partidários do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, com o apoio clandestino do PCB; a Frente Ampla; setores eclesiásticos; e liberais); b) o movimento estudantil, democrático, embora radical; e c) as organizações revolucionárias clandestinas, que “não desejavam apenas se livrar da ditadura, queriam também destruir o sistema capitalista, abrindo a via para a construção de um regime alternativo, socialista”^{xxxII}.

No livro *Iara*, Patarra descreveu todas, utilizando a trajetória da biografada como exemplo linear que segue de um projeto para o outro, numa crescente radicalização. Num primeiro momento, Iara teria pretendido se engajar no PCB, frustrando-se; posteriormente, sua escolha foi pela Polop, que atuava predominantemente no movimento estudantil (ME). Esse processo permitiu que a autora dissertasse sobre as divergências entre o que se convencionou chamar de “nova esquerda” e o Partidão:

O Partido Comunista decepcionou Iara e Maria Lúcia. Os militantes insistiam no caráter nacionalista e burguês da revolução brasileira. Preconizavam a defesa do capital “nativo” e o apoio a militares anti-imperialistas. E que ar desmoralizado! Ainda na véspera do golpe juravam-se próximos do poder. (...) Desistiram. Os críticos têm razão, o PC é revisionista, o oportunismo corre solto. O socialismo nunca virá pacificamente. Só ingênuos ou mal-intencionados

confiam na burguesia nacional, pronta a vender-se. E que mania, apostar em militares! Os que valiam alguma coisa grama a rua da amargura – presos, aposentados, no exílio. Talvez a opção seja mesmo a Polop. Há intelectuais atraentes, dinamismo, dá status.^{xxxiii}

A Polop foi uma organização fundada no início da década de 1960, ainda antes do golpe de 1964, com o objetivo de desencadear a revolução socialista no país. Constituiu-se com a intenção de ser alternativa mais à esquerda do PCB, partido ao qual se opunha ferrenhamente por suas posições consideradas conservadoras e superadas. Para recrutar militantes para integrarem suas bases, o grupo atuava em diversas frentes, como o ME universitário^{xxxiv}.

Enquanto estive na Polop, a personagem parecia dividida entre dois mundos: o caráter “democrático” do ME e o revolucionário da organização. A opção pela tática da luta armada só foi completamente aceita por ela – reticentemente – no livro, após o AI-5, em concordância com o trecho supracitado: “só a esquerda armada é capaz de combater regimes militares”. Assim, curiosamente, nota-se que Patarra identificou Iara mais com o âmbito dos “anos rebeldes” da década de 1960 do que com os que “acharam que era preciso ir além e resolveram pegar em armas” – retomando sua entrevista à *Veja*.

Não obstante tenha narrado momentos em que a personagem de fato se identificou com e defendeu a guerrilha, a autora fez questão de destacar o fato de a biografada nunca ter pegado em armas. Esse ponto foi retomado por todos os veículos de mídia que noticiaram o lançamento do livro; a um deles, Patarra afirmou: “ela não pegou em armas, mas teve uma influência decisiva sobre o próprio Lamarca”^{xxxv}. Uma reportagem do *Jornal do Brasil* teve o mesmo tom: “Iara aprenderia cedo a atirar, mas a única vez que o fez para valer foi com o revólver calibre 22 com o qual se matou [sic]. Nunca ocupou posto dirigente nas quatro organizações clandestinas que participou”^{xxxvi}.

Esse discurso distanciou Iara da ação armada concreta, o que legitimou sua trajetória e a “inocentou”, pois, apesar de seu envolvimento com as organizações revolucionárias, ela nunca teria participado diretamente de uma ação. Dessa forma, Judith Patarra demarcou de maneira evidente a separação entre sua biografada e a “militância mais ativa”, visto que Iara se preocupava com questões que não pareciam condizentes com alguém exclusivamente dedicado à luta política:

Aprontou-se para sair com Lucia. Não deveriam estar em casa durante o assalto à agência Banespa do prédio, absurdo, bem onde a gente mora, ao menos vou almoçar comida boa de minha mãe: bife à milanesa, empadão, pudim de leite macio, enchendo a boca. O sucesso do roubo, descrito quase como roteiro de filme nos jornais, alarmou-a. – Eu quero ir embora, não fico mais aqui.^{xxxvii}

Iara não era apropriada para a luta armada, na ótica de sua biógrafa. Suas tarefas nas organizações consistiam no estabelecimento de contatos através do cumprimento de “pontos”, panfletagens e transporte de documentos. Essas funções “minguadas” em relação ao imaginário da luta armada se adequaram ao possível desejo da autora de evitar relatos violentos, opção em conformidade com a memória hegemônica. Iara foi a guerrilheira perfeita, nos padrões da memória, por ser aquela que não se ajustava à guerrilha. Por esse motivo, sua trajetória se prestou perfeitamente a atender a demanda do público-alvo por conhecer um lado mais leve dos “anos rebeldes” – usando o sentido dado por Patarra, de resistência “pacífica” aos padrões comportamentais vigentes. Essa opção permitiu que a narrativa se aproximasse mais de pautas sociais e comportamentais, do que da luta pelo socialismo.

Assim, a personagem foi construída muito mais próxima do “nós” de Patarra, do que do “deles”, a militância ativa – que, por sua vez, foi descrita pela

autora como chata, piegas e hierárquica. Em entrevista, a *Veja* perguntou diretamente: “os militantes eram chatos?”, ao que a autora respondeu:

Conheci um sujeito que condenava quem bebia e gostava de Coca-Cola. Outro problema eram citações. O militante parece que tinha a obrigação de citar Marx, Engels e Lenin a cada três palavras. Mas não eram todos e hoje eles até merecem um desconto. A chatice era a maneira de sobreviver à repressão. Eles tinham de tomar tanto cuidado com a segurança, para não chamar a atenção, que acabavam perseguindo as pessoas extrovertidas e que davam muita bandeira.^{xxxviii}

Observam-se, na fala, toques anticomunistas, associados ao estereótipo sectarista soviético: a ideia de que os militantes eram “rígidos” e que “tinham a obrigação de citar Marx, Engels e Lenin a cada três palavras” remete a uma imagem conservadora do socialismo, contrária às inovações do presente – como as lutas por libertação feminina, direitos sexuais etc. Ou seja, quando a postura ideológica era inegavelmente socialista e não pôde ser ressignificada como “braço armado da resistência democrática”, foi considerada “chata” pela autora. Ainda assim, tal comportamento também foi condicionado à ditadura, como se fosse uma forma de defesa extrema das políticas de repressão.

Esse aspecto foi ressaltado em diversas partes da obra: “em 1965 formou-se uma base da Polop só com estudantes da Psicologia e Filosofia. As exposições do dirigente, análises e debates teóricos aborreciam Iara. Mas ela acordava quando discutiam táticas para neutralizar o PC, muito atuante nas Ciências Sociais”^{xxxix}. Ainda assim, a escolha da biógrafa foi construir a biografada como um ser externo à tal situação, como no trecho citado, no qual ela foi descrita como “aborrecida” com as discussões realizadas no grupo que, vale ressaltar, escolheu se engajar.

Em alguns momentos, no entanto, parece ter sido impossível negar as convicções de Iara:

Construiremos um socialismo único, humanista, o povo libertado da escravidão. Imaginou a avenida coalhada de gente até a praça do Correio, o Anhangabaú, a Sé, mar de bandeiras vermelhas. Sentiu-se viva, mudança social nas mãos. Respirou fundo, veria Lamarca, juntos a escrever o papel decisivo da História (...).^{XL}

Convicta, [Iara] explanava que a guerrilha na América Latina não pretendia crescer e transformar-se em exército. Sua função de núcleo era catalisar a luta geral. Exerceria influência sobre o conjunto da sociedade, produzindo fontes revoltosas no campo, cidades, fábricas, escolas. Uma situação insurrecional no país. Como em Cuba.^{XLI}

Nesses casos, a estratégia narrativa foi descrever os desejos da personagem de forma inocente – em total conformidade com a memória hegemônica. Aos olhos do leitor da década de 1990, os sonhos de Iara soaram ingênuos, dado que àquela altura já se sabia que a luta armada fora completamente derrotada.

Nesse sentido, embora utilize informações coletadas pelo *Brasil: Nunca Mais*, importante iniciativa de denúncia das violações de direitos humanos durante a ditadura e marco essencial nos discursos de memória, a narrativa de Patarra não focalizou as vítimas. A biografia não teve o objetivo de denunciar as feridas causadas pela repressão e, por isso, optou-se por uma personagem que foi presa apenas uma vez – e, ainda assim, antes do “endurecimento do regime” –, nunca foi torturada e, de acordo com a versão oficial contada pela ditadura, se suicidou – versão essa que, no início dos anos 2000, foi comprovada falsa.

A Iara da biografia, portanto, foi construída para representar mais os ares dos anos rebeldes, como os sentiram as classes médias das grandes cidades, como os sentiram Judith Patarra: clima de libertação sexual, rebeldia intelectual e festiva. A autora construiu uma atmosfera de desejo por rupturas não unicamente

no âmbito público, aquele da política e da economia, mas com adversidades enfrentadas também na vida privada – meio historicamente relacionado com as mulheres^{xlii}. É neste sentido que se justifica a centralidade de aspectos pessoais e subjetivos da biografada no livro. Seus relacionamentos amorosos ocuparam parte maior da narrativa do que as discussões políticas empreendidas nas organizações.

Patarra aplicou ao contexto brasileiro o molde da revolução sexual vivida em outros países, como França e EUA, que tiveram grande atuação dos movimentos feministas de segunda onda já na década de 1960. “O pessoal é político”, um dos principais *slogans* do feminismo de segunda onda estadunidense parece, à primeira vista, ser um dos motes da narrativa de Patarra. Isso porque a narrativa biográfica tentou concretizá-lo ao priorizar os fatos que concerniam à vida privada da biografada de maneira tão detalhada, ao ponto de se sobreporem ao lado “político”, que se definia por sua trajetória de militância nas organizações.

Todavia, a teórica feminista Becky Thompson afirma que “a ideia por trás do lema é que muitos problemas que, historicamente, foram considerados ‘pessoais’ – abortos, desemprego, nascimento, morte e doenças – na verdade são problemas políticos”^{xliii}. Nesse sentido, a priorização do privado, na obra de Patarra, não teve o objetivo de politizar questões da opressão feminina, mas sim de fetichizá-las. Aspectos da vida pessoal de Iara foram usados na narrativa como pontos exóticos, que auxiliariam na romantização da biografia, tornando-a mais atrativa para as leitoras.

Ainda assim, a Iara de Patarra foi construída no livro como uma “feminista” – como demonstrou o trecho citado no início do artigo e alguns outros: “o orgulho invadiu Iara. Postura ereta, brilho de ousadia nos olhos. A *militância feminina enfrenta a covardia do CCC* [Comando de Caça aos Comunistas], a direita policialesca. Como admirava a coragem!”^{xliv}. Em outro excerto, que tratou da

realização de um congresso político da Polop, de acordo com a autora, as militantes mulheres teriam ficado responsáveis pelas atividades domésticas – “compras, cozinha e ‘fachada’ de estudantes em fim de semana prolongado”. A biografada-personagem manifestou, então, seu incômodo: “*absurdo o machismo desse pessoal* – reclamou lara na cozinha. – Os graduados discutem, e a gente no serviço doméstico. Fico louca da vida”^{XLV}.

O que se observa é uma personagem consciente da estrutura patriarcal de dominação à qual estava submetida, utilizando inclusive o termo “machismo” para denunciá-la. Ademais, as pessoas que estavam à sua volta, em diálogos com ela, identificaram lara como feminista. Contudo, é preciso problematizar a noção de uma militante *feminista* em plena luta armada: essa característica da lara de Patarra tinha muito mais relação com o presente de constituição da obra do que com a época vivida por Iavelberg.

Há muitas divergências e disputas por um marco inicial da segunda onda do feminismo no Brasil. Porém, essa data teria sido na década de 1970 e não nos anos 1960, como admitido por Patarra. A historiadora Joana Maria Pedro aponta que, apesar de a data “oficial” ser 1975, com a organização de um evento no Rio de Janeiro intitulado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, algumas mulheres reivindicam outras versões. Uma delas é Rose Marie Muraro, que afirmou que “seu feminismo é anterior a essa data”, uma vez que participou de grupos de reflexão sobre textos feministas no início da década de 1970 e de um congresso organizado pelo Conselho Nacional da Mulher, em 1972. Pedro afirma que foi por intermédio de Muraro “que o livro *A mística feminina*, da norte-americana Betty Friedan, publicado nos Estados Unidos em 1963, ganhou edição brasileira em 1971”^{XLVI}.

Importante retomar que Rose Marie Muraro foi uma das fundadoras do selo editorial que publicou o livro *lara*, o que pode ter estimulado a presença do

feminismo no discurso da obra e sua relação direta com a personagem principal. Joana Pedro aponta, no entanto, que este feminismo anterior a 1975 não estava relacionado com as organizações revolucionárias, muito pelo contrário: as reuniões feministas do início da década eram idealizadas por mulheres com boas condições econômicas, “intelectuais de esquerda” – embora incluísse também mulheres “bem relacionadas com a elite do governo [ditatorial]”^{XLVII} – e que tinham acesso a países do exterior, como Estados Unidos e França, de onde traziam as leituras para serem discutidas.

Militantes de organizações clandestinas, de acordo com Joana Pedro, viam o feminismo como pauta secundária à luta efetiva, que deveria ser contra o capitalismo. Suely Gomes Costa, ao ser convidada para participar desses grupos feministas, recordou: “eu não me via muito no campo delas. Eu era muito mais ligada às lutas da esquerda do que a qualquer outra coisa. Assim, ligada a problemas existenciais, eu não era (...)”^{XLVIII}. Também Jessie Jane Souza, ex-militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), em entrevista concedida nos anos 2000, afirmou que a questão da emancipação feminina não era colocada nas organizações revolucionárias dos 1960/1970:

Naquela época isso não se colocava dessa forma e eu sempre gosto de dizer as coisas como eram naquela época, porque senão fica um pouco anacrônico. (...) Nesse contexto, essa questão não era absolutamente colocada, essa coisa de gênero, nem se falava disso. As contradições eram as contradições do capitalismo, que se resolveriam na revolução socialista. O resto era tudo um discurso pequeno-burguês.^{XLIX}

A construção da personagem Iara Iavelberg realizada por Patarra se relacionou muito mais com essas mulheres – feministas, de elite (ou burguesas), preocupadas com “problemas existenciais” e que não se envolveram com a luta armada – do que com o estereótipo da guerrilheira. Na narrativa do livro, esses

aspectos foram ressaltados, em contraste com os outros militantes – com os relatos dos próprios para corroborar o ponto de vista, como essa fala atribuída a Shirley Schreier, professora da USP e amiga de infância de Iara: “Iara me parecia um elemento destacado da esquerda festiva. Preservava-se pouquíssimo. Não consigo enxergá-la mudada, pois só a recordo na vivência da Maria Antônia, roupas e mesas de bar”¹. Em outro momento, a autora narrou uma situação vivida pela biografada e uma amiga:

Banharam-se [Iara e Christine] juntas no chuveiro. Ao observar a amiga, Iara escandalizou-se:

– Christine! Como é que você anda com uma perna peluda dessas?

– Uma revolucionária pensa em depilação? – envergonhou-se.

– Ah, que desleixo! A gente tem de estar sempre lisinha, roupa de baixo combinando. E não é pra homem, só. É pra gente.¹¹

A narrativa – que tem tom sentimentalista e, em certos aspectos, remete mais a uma novela pela quantidade de detalhes íntimos relatados – aparenta ter um direcionamento muito específico: alcançar o público feminino. Esse objetivo se consolidou através da construção de uma personagem que, mesmo tendo ativamente integrado as esquerdas revolucionárias, fugiu da caracterização padrão antes conferida a estas e, por isso, se aproxima do público leitor. A Iara de Patarra, apesar de seu engajamento político radical, tem preocupações como as de diversas mulheres – sobretudo aquelas dos anos 1980 e 1990: é vaidosa, atenta às roupas que veste, à maquiagem que usa, é “moderna”, levanta pautas que dizem respeito às mulheres, como a liberdade sexual, a submissão aos homens etc.

Iara, durante a obra, mostrou uma faceta mais “palatável” da militância em organizações revolucionárias, o que evitou um discurso “revanchista” sobre a ditadura e, por isso, atendeu às demandas conciliatórias da sociedade sobre o

período. Em entrevista à *Veja* na época do lançamento do livro, Patarra ratificou essa hipótese ao argumentar: “lara era uma exceção, junto com as duas amigas, na militância paulista. *Hoje em dia, seu comportamento seria absolutamente normal*. Ela era uma moça que gostava de se sentir bonita, de se arrumar, de se vestir bem”^{LII}.

Considerações finais

Em 14 de julho de 1992 estreou *Anos Rebeldes*, exibida pela Rede Globo. A minissérie foi inspirada nos livros: *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis (1981) e *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (1988), dos quais a emissora adquiriu os direitos autorais. Seu impacto foi inegável e, de acordo com Walter Clark, importante executivo da indústria televisiva, “a ‘novela’ alavancava a audiência para toda a estação”^{LIII}.

A produção se iniciou em 12 de abril de 1992, mas a sinopse teria sido enviada bem antes à direção de produção da rede televisiva^{LIV}. Ainda assim, houve tempo para que tanto autores quanto atores, entre outros membros da produção, tivessem contato com a biografia de Patarra. A atriz Cláudia Abreu, que viveu uma das protagonistas, Heloísa – garota de elite, filha de um empresário que financiava a ditadura, que se envolveu, ao longo da trama, com a luta armada –, afirmou ter lido o livro de Patarra “para se cercar do máximo de informações sobre os tempos que não viveu”^{LV}. Esse dado foi noticiado tanto pelo *Jornal do Brasil* quanto pela *Veja*, para a qual a atriz declarou que a leitura do livro auxiliou na construção de sua personagem^{LVI}. Além dessas, diversas outras notícias atrelavam o livro *Lara* ao impacto gerado pela minissérie^{LVII}.

Ao estudar biografias e autobiografias de vítimas da ditadura civil-militar, a historiadora Denise Rollemberg fez algumas perguntas relevantes:

Por que continua havendo espaço para a publicação das autobiografias e biografias numa sociedade que jamais se identificou com a experiência da luta armada, intensa, mas

curta? Por que a sociedade que não se interessou pela luta armada hoje se interessa por conhecê-la?^{LVIII}

O sociólogo Bernard Giensen aponta algumas respostas, ao afirmar que, tempos depois de ter vivido um regime autoritário, o público de determinada sociedade pode disfrutar de romances e filmes que o tenham como pano de fundo, dado “que já não se trata da sua própria experiência, do seu próprio compromisso, do seu próprio sofrimento e da sua própria culpa”^{LIX}. No caso do Brasil, isso parece ter ocorrido a partir do fim da década de 1970, quando a ditadura iniciava o processo de transição democrática e a sociedade começava a formular suas versões sobre a experiência autoritária recente.

A amplitude do alcance da memória vinculada ao livro de Patarra, dessa forma, é considerável. Além de indicar a grande circulação do livro e sua reprodução em outros meios e suportes, revela também um interesse sobre a personagem – que, apesar de ser, em alguns casos, prévio ao lançamento do livro, agravou-se com ele, ultrapassando os limites da esquerda. A abordagem da jornalista a temas comuns ao dia-a-dia feminino, a feminilidade da biografada e a centralidade do romance na narrativa biográfica aproximaram lara do grande público – majoritariamente o feminino –, criando um laço de identidade e até mesmo de representatividade da personagem com mulheres de classe média.

Ademais, a narrativa vinculada por Patarra no livro está em constante diálogo com a memória hegemônica previamente discutida, que é, sem dúvidas, *crítica à ditadura*, como apontou Napolitano. Entretanto, é preciso compreender o que essa “criticidade” mascara: os discursos de memória, ao rechaçarem apenas os *militares* e o governo autoritário, o fizeram em troca do *esquecimento* sobre os apoios e consensos da população, em seus diversos setores, em torno do regime – elementos fundamentais de serem lembrados para uma reflexão mais aprofundada sobre o período. Além disso, o projeto revolucionário foi silenciado,

substituído por um “senso de justiça” que esvazia a ideologia das esquerdas armadas. Com esses silêncios, a sociedade pôde apreciar sem culpa as desventuras de uma feminista na ditadura; uma guerrilheira pacífica e não tão socialista para as organizações revolucionárias.

Notas

ⁱ PATARRA, Judith. *Iara: reportagem biográfica*. 2a edição. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 1992, p. 296-297.

ⁱⁱ Há que se destacar o caso recente do livro *A revolução da VPR*, de autoria da historiadora Carla Silva, que utiliza como fonte os diálogos criados pela jornalista no livro, mesmo que não haja qualquer citação de fontes. Silva chega a usar como epígrafe “pensamentos” atribuídos à Iara e a Lamarca por Patarra como epígrafes para capítulos e tópicos de sua obra. No caso da frase supostamente de autoria de Iara, na referência feita pela autora consta “Iara, traduzida por Patarra, op. cit., p. 269”. Em outro trecho, a historiadora afirma: “o livro organizado por Judith Patarra é uma obra de enorme fôlego, e que dá vida a muitos acontecimentos a partir de narrativas de pessoas que viveram com Iara. Contam sobre essa relação, mas falam também sobre si, sobre como viam a militância”. Não há qualquer referência à falta de criticidade da jornalista para com as fontes utilizadas e/ou o uso da imaginação/ficção para “dar vida” aos tais acontecimentos. SILVA, Carla L. *A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária*. Coleção Tempos Históricos, n. 18. Uberlândia: Navegando, 2021, p. 56, 71, 75, 123, 124, 125, 127, 128, 171, 210, 267, 268, 269 e 270.

ⁱⁱⁱ De acordo com a própria descrição da editora, disponível em seu site: <www.record.com.br/editoras/rosa-dos-tempos/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

^{iv} Segundo a pesquisadora Ilze Zirbel, um “periódico que se dedicou às questões feministas durante os anos 70 foi a revista Mais, dirigida pela jornalista Judith Patarra. A revista possuía “uma coluna mensal, fixa com informações sobre o feminismo, escrita pela socióloga Eva Blay” (Ferreira: 1995/1996, p. 187). Informações gerais eram repassadas, de forma bastante didática, explicando as reivindicações do feminismo, o funcionamento dos grupos de reflexão e desmistificando as imagens negativas que se formavam na sociedade”. ZIRBEL, Ilze. *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 55.

^v GIUDICE, Claudia. História revisitada. Entrevista: Judith Patarra. *Veja*, São Paulo, 12 ago. 1992, p. 7

^{vi} ROUSSEFF, Dilma Vana. Entrevistadora: Judith Patarra. [198-]. Disponível em: *Fundo Judith Patarra*, Arquivo Edgard Leuenroth, UNICAMP, grifos meus.

^{vii} SCHMIDT, Benito B. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p. 5.

^{viii} *Ibid.*, p. 9.

^{ix} *Idem.*

- ^x FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: *Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires, Paidós, 2007, p. 1.
- ^{xi} REIS, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A; RIDENTI, Marcelo S.; MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- ^{xii} POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4-5.
- ^{xiii} GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.
- ^{xiv} Ibid., p. 10.
- ^{xv} REIS, Daniel A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 33.
- ^{xvi} NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, n. 15, nov. 2015, p. 22.
- ^{xvii} REIS, Daniel A. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010.
- ^{xviii} Idem.
- ^{xix} GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *História e memória das ditaduras no século XX*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 42-43.
- ^{xx} REIS, 2010, op. cit.
- ^{xxi} PATARRA, 1992, op. cit., p. 91.
- ^{xxii} DREIFUSS, René A. 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ^{xxiii} PATARRA, 1992, op. cit., p. 92.
- ^{xxiv} Ibid., p. 113.
- ^{xxv} Ibid., p. 191.
- ^{xxvi} Ibid., p. 265.
- ^{xxvii} REIS, Daniel A. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ^{xxviii} Ibid., p. 284.
- ^{xxix} GIUDICE, 1992, op. cit., p. 10.
- ^{xxx} Idem.
- ^{xxxi} PATARRA, 1992, op. cit., p. 90, grifos meus.
- ^{xxxii} REIS, 2014, op. cit., p. 71.
- ^{xxxiii} PATARRA, 1992, op. cit., p. 98.
- ^{xxxiv} OLIVEIRA, Joelma Alves de. *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.
- ^{xxxv} GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.
- ^{xxxvi} LEITE, Paulo M. Tiros, paixões e batom. *Veja*, São Paulo, 8 abr. 1992, p. 88.
- ^{xxxvii} PATARRA, 1992, op. cit., p. 255.

- XXXVIII GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8.
- XXXIX PATARRA, 1992, op. cit., p. 101, grifos meus.
- XL Ibid., p. 316.
- XLI Ibid., p. 283.
- XLII COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- XLIII THOMPSON, Becky. Multiracial feminism: recasting the chronology of second wave feminism. *Feminist Studies*, v. 28, n. 2, 2002, p. 348.
- XLIV PATARRA, 1992, op. cit., p. 98.
- XLV Ibid., p. 182, grifos meus.
- XLVI PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970–1978). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 251, 253 e 257.
- XLVII Ibid., p. 258.
- XLVIII Ibid., p. 260.
- XLIX GÓIS, J. B. H.; QUADRAT, S. V. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. *Gênero*, Niterói, v. 8, n. 2, 1 sem. 2008, p. 23.
- L PATARRA, 1992, op. cit., p. 195.
- LI Ibid., p. 153.
- LII GIUDICE, 1992, op. cit., p. 8, grifos meus.
- LIII ABDALA JR., Roberto. Brasil anos 1990: teleficação e ditadura – entre memórias e história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 102.
- LIV Idem.
- LV BITTENCOURT, Mona. Grã-fina que se alia à guerrilha é grande trunfo de ‘Anos Rebeldes’. *Revista TV Programa – Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 58, 26 jul. 1992, p. 34.
- LVI GIANNINI, Silvio. Romance nos porões. *Veja*, São Paulo, 15 jul. 1992, p. 86.
- LVII ‘ANOS rebeldes’ desperta reações emocionadas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1992, Caderno 2, p. 2; GIUDICE, 1992, op. cit., p. 7.
- LVIII ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João R. (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006, p. 23.
- LIX Tradução livre de: “(...) ya no se trata de su propia experiencia, su propio compromiso, su propio sufrimiento y su propia culpa”. GIENSEN, Bernard. *Sobre héroes, víctimas y perpetradores*. Puentes, Buenos Aires, ano 2, n. 5, 2001, p. 17.

Referencias

ABDALA JR., Roberto. Brasil anos 1990: teleficação e ditadura – entre memórias e história. **Topoi**, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: **Historia reciente. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires, Paidós, 2007.

GIENSEN, Bernard. Sobre héroes, víctimas y perpetradores. **Puentes**, Buenos Aires, ano 2, n. 5, 2001.

GÓIS, J. B. H.; QUADRAT, S. V. Militância política e gênero na ditadura brasileira: entrevista com Jessie Jane Vieira de Sousa. **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, 1 sem. 2008.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. **História e memória das ditaduras no século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, nov. 2015.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **Polop**: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS, Daniel A. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010.

REIS, Daniel A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Daniel A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo S.; MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964–2004). Bauru: Edusc, 2004.

REIS, Daniel A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João R. (org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

SCHMIDT, Benito B. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997.

SILVA, Carla L. **A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária**. Coleção Tempos Históricos, n. 18. Uberlândia: Navegando, 2021.

THOMPSON, Becky. Multiracial feminism: recasting the chronology of second wave feminism. **Feminist Studies**, v. 28, n. 2, 2002.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil**: um debate. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Recebido: 15/12/2023

Correções: 20/02/2024

Aceito: 20/03/2024